

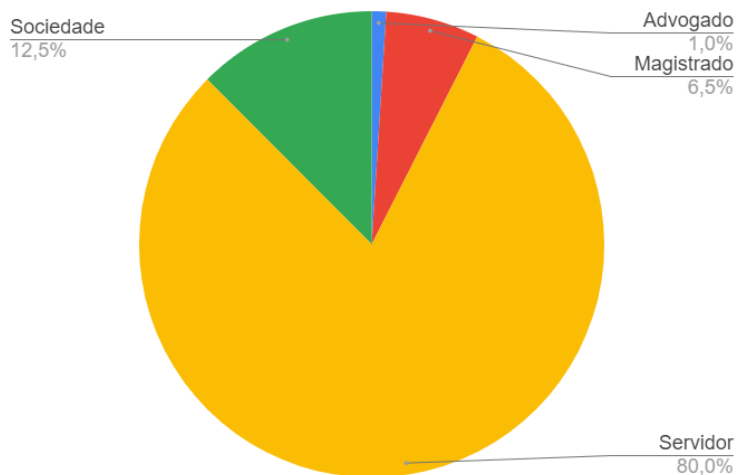
Consulta Pública - Metas Nacionais da Justiça do Trabalho para 2021

200 respostas

CATEGORIA DE RESPONDENTE

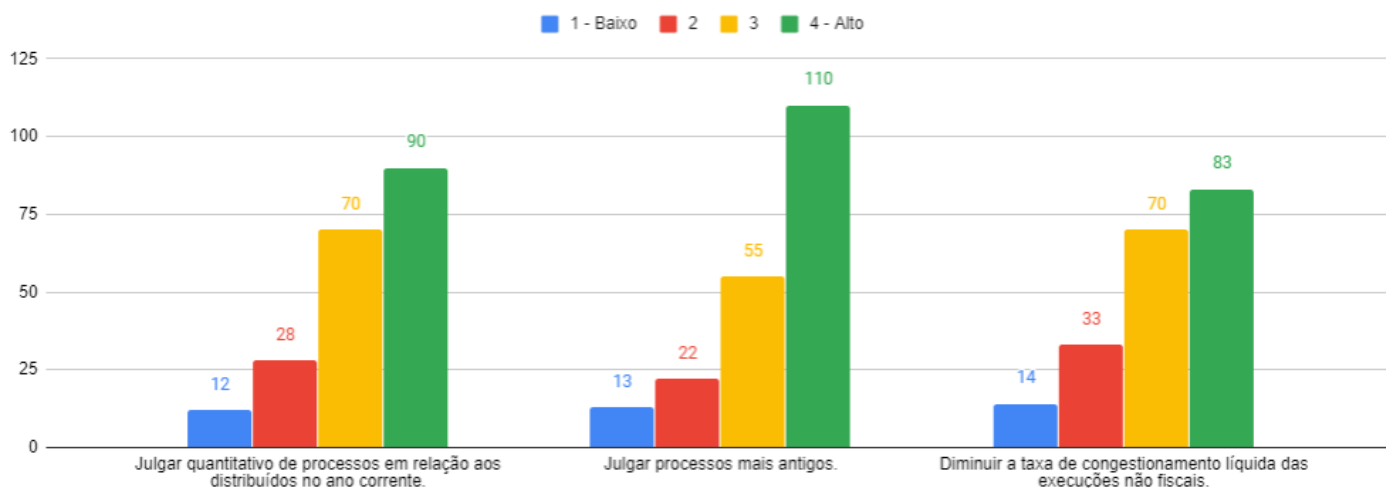
1. Qual é a sua relação com a Justiça do Trabalho?

Advogado	2
Magistrado	13
Servidor	160
Sociedade	25
Total geral	200



MACRODESAFIO AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

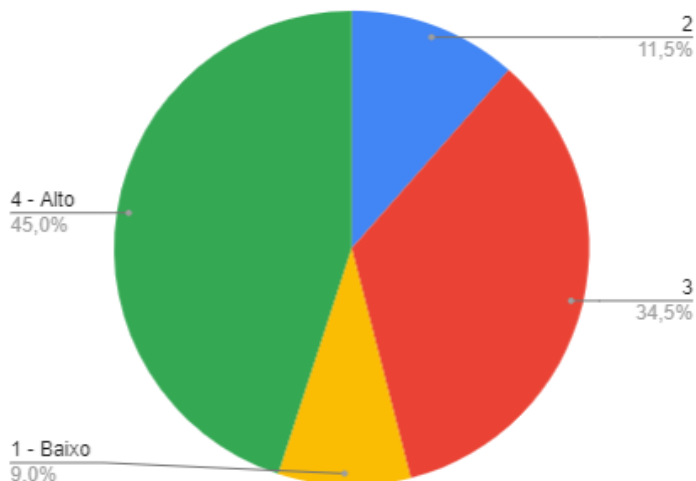
2. Na sua avaliação, qual é o grau de contribuição das metas descritas abaixo para tornar a prestação jurisdicional da Justiça do Trabalho mais ágil e produtiva?



MACRODESAFIO ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS

3. Na sua avaliação, qual é o grau de contribuição da meta descrita abaixo para o enfrentamento da corrupção e da improbidade administrativa?

Identificar o tempo médio de tramitação dos processos administrativos disciplinares.

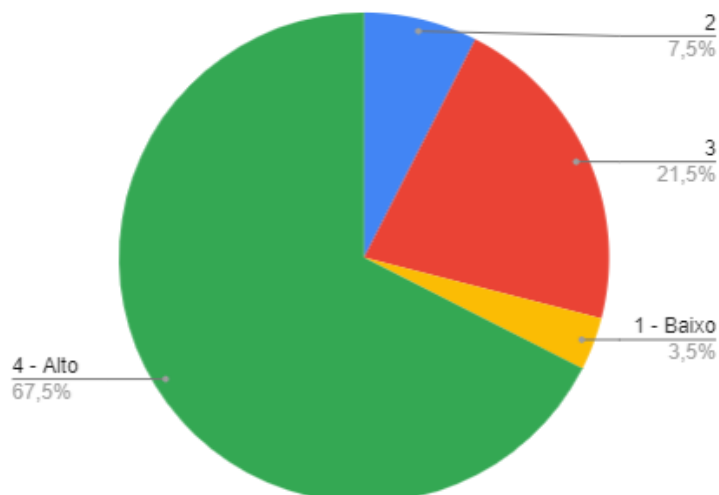


Graus	Quantitativo
1 - Baixo	18
2	23
3	69
4 - Alto	90

MACRODESAFIO PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS

4. Na sua avaliação, qual é o grau de contribuição da meta descrita abaixo para a prevenção de litígios e a adoção de soluções consensuais para os conflitos?

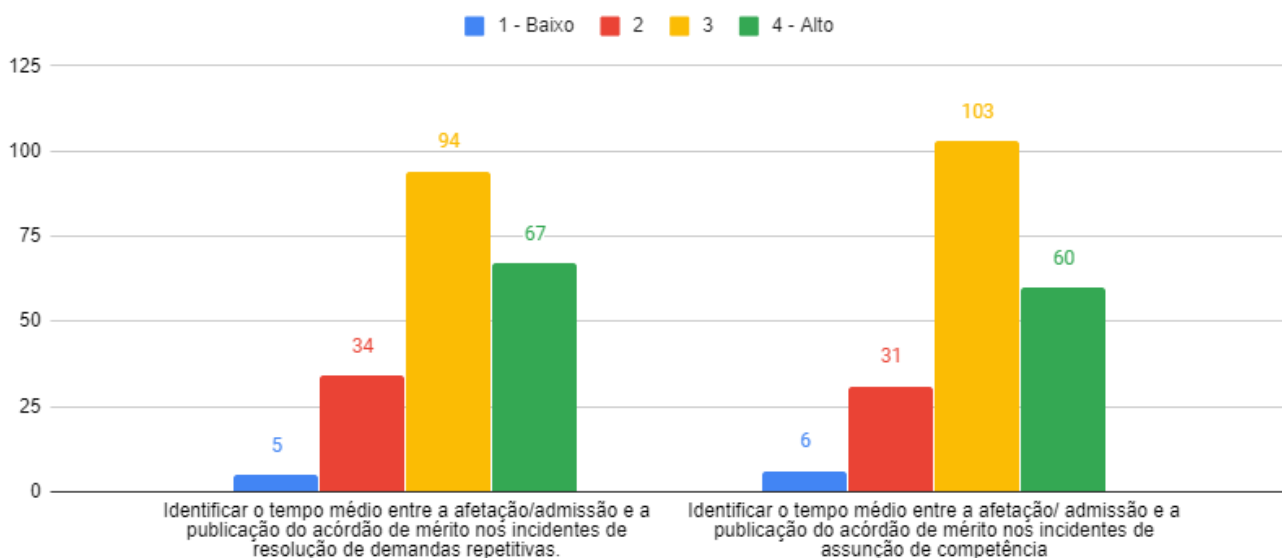
Estimular as soluções por conciliação.



Graus	Quantitativo
1 - Baixo	7
2	15
3	43
4 - Alto	135

MACRODESAFIO CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS

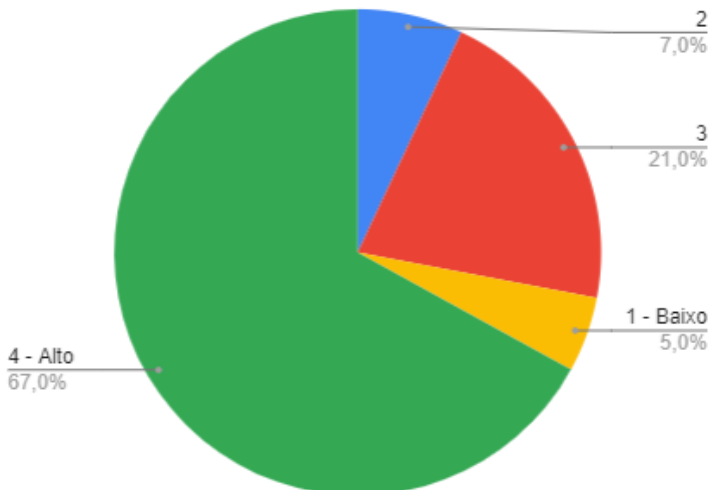
5. Na sua avaliação, qual é o grau de contribuição das metas descritas abaixo para a consolidação do sistema de precedentes obrigatórios?



MACRODESAFIO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

6. Na sua avaliação, qual é o grau de contribuição da meta descrita abaixo para o aperfeiçoamento da gestão de pessoas?

Realizar exames periódicos de saúde de magistrados e de servidores e promover ação com vistas a reduzir a incidência de casos de doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de causas de absenteísmos.

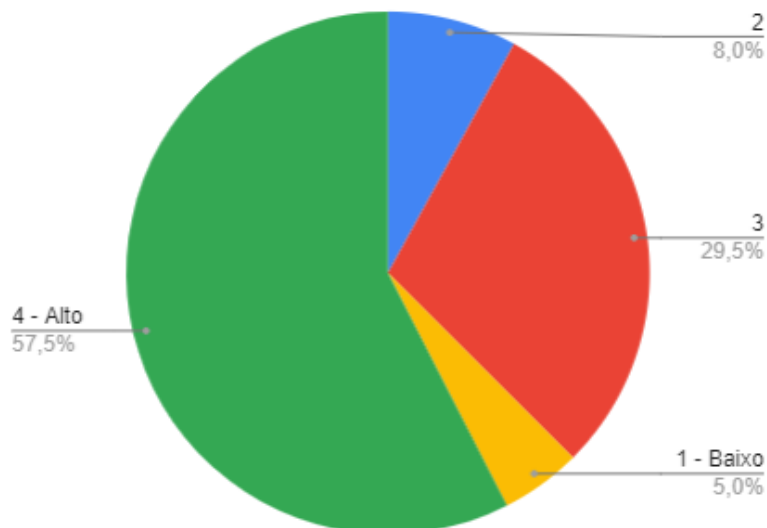


Graus	Quantitativo
1 - Baixo	10
2	14
3	42
4 - Alto	134

MACRODESAFIO FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E DE PROTEÇÃO DE DADOS

7. Na sua avaliação, qual é o grau de contribuição da meta descrita abaixo para o fortalecimento da estratégia nacional de tecnologia da informação e comunicação e de proteção de dados?

Aumentar o percentual de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total.



Graus	Quantitativo
1 - Baixo	10
2	16
3	59
4 - Alto	115

SUGESTÕES

A MELHORIA DO JUDICIÁRIO ENVOLVE PROVER AS VAGAS EXISTENTES NOS QUADROS DE MAGISTRADOS E SERVIDORES. SEM ISSO, AS METAS SÃO INÓCUAS, PORQUE ACABAM RESULTANDO EM MAIOR ADOECIMENTO DOS MAGISTRADOS E SERVIDORES EXISTENTES ATUALMENTE E ASSIM EM PREJUÍZO A TODO O PLANEJAMENTO ADOTADO PELO CNJ.

Aumentar o número de servidores da justiça do trabalho para melhor desempenho do órgão

Com tudo tem facilitar ainda mas para aquelas pessoas que procuram o o trabalho do órgão,e também valoriza o trabalho dos funcionários terceirizados do arquivo!

Da mais oportunidade é reconhecer o valor dos funcionários terceirizados da justiça trabalho como um todo pois temos os funcionários públicos mas sem os terceirizados como seria?Fica esse pergunta???

Dar conhecimento aos magistrados e servidores do resultado desta Consulta Pública.

Dar mais apoio ao servidor que realiza Home office

É importante investir mais na gestão de pessoas, especialmente no equilíbrio entre produtividade no trabalho e qualidade de vida. E, além de focar em ações que visem à saúde física de servidores e magistrados, é necessário olhar, também, para a saúde psicológica e mental para, assim, evitar adoecimentos e promover o bem-estar. Pessoas satisfeitas no trabalho, e que têm saúde física e mental, produzem mais e com mais qualidade.

É necessário que as metas nacionais sejam flexibilizadas no período de pandemia, pois, por mais que as unidades judiciárias estejam se esforçando para manutenção dos serviços, há limitações para expedição de mandados, para citação, as partes podem automaticamente suspender prazos para citação e produção de provas, ou seja, a Magistratura encontrará muitos limites para reduzir prazos de conclusão de processos e de julgamento, por fatores totalmente alheios à sua vontade e em alguns casos, em razão de condutas autorizadas pelo próprio CNJ (como a questão da autorização para suspensão de prazos).

Envidar esforços no sentido de recompor a força de trabalho, tendo em vista a diminuição significativa deste quesito, devido à limitação financeira imposta pela EC nº 95/2016, que vem impedindo o provimento de cargos vagos, precarizando a prestação jurisdicional trabalhista.

Excelente define a atuação do Tribunal.

Fazer exames periódicos em terceirizados

Há que se ter cuidado com metas objetivas, segundo as quais uma vara com muito pouca demanda se coloca em posição bem superior a outra que tem uma alta demanda. Nas correições costumam culpar o "sistema de aglutinação e processamento de dados".

importante para celeridade dos julgamento dos processos é a contratação de mais servidores públicos seja por meio de concurso ou por aproveitamento de candidatos aprovados em outros órgãos do judiciário federal, como por exemplo TRF1.

O tribunal deve adotar mecanismos de acesso as audiências.

Prezados,

Quando penso em Poder Judiciário, vejo não somente a instituição-poder, mas principalmente as pessoas que o compõem: magistrados, servidores, estagiários.

Há tempos que as metas do Poder Judiciário, na minha respeitosa visão, não se destinam ao incremento e melhoria de suas pessoas.

Propria, nessa linha, a criação de metas destinadas ao coração do Judiciário, algo em termos gerais a se pensar como: a) incrementar em 5% por ano a quantidade de pessoas que praticam atividade física regularmente; b) estimular a leitura de livros extrajurídicos, como literatura, poesia, e outras artes, como música, dança, teatro, aumentando em 5% por ano a quantidade de pessoas e de artes que a desenvolvem; c) que 95% de magistrados e servidores venham a realizar os exames médicos periódicos; d) buscar a melhoria da saúde física e mental de magistrados e servidores, destinando a diminuição de afastamentos e licenças médicas.

Em termos jurídicos, tenho um vaga lembrança de que em 2008 o Conselho Nacional de Justiça publicou um estudo sobre o quantitativo mínimo de dois assistentes para todos os juízes, independentemente de sua designação (titular, substituto, volante), e até momento sequer conseguimos alcançar um assistente por juiz. A proposta, assim, seria fixar data para que isso efetivamente ocorra, um assistente, em tempo breve dois assistentes, e não somente fique como um estudo. Não há dúvidas de que, com pelo menos um assistente, os magistrados de primeiro grau poderiam alavancar sua produtividade.

No que se refere à tecnologia da informação, ainda mais depois da pandemia da Covid-19, é essencial refletir sobre a transformação digital. As metas poderiam seguir: a) incremento da força de trabalho dos profissionais de TI; os terceirizados, rescindido o contrato, são substituídos, perde-se tempo com treinamento de novos terceirizados, não conhecem os softwares específicos da Justiça do Trabalho, sem se falar do contato com informações estratégicas por pessoas que, a rigor, não pertencem à instituição e implicando maior risco de vazamento dos dados sensíveis – endereços e telefones de magistrados e servidores, etc; b) atualização dos programas de computador para preservar a segurança da informação – até hoje usa-se o Windows 7 no foro trabalhista de Brasília/DF; c) investir em ativos de tecnologia – big data, mineração de dados e analytics, tecnologias móveis, computação em nuvem, rede de internet e sem fio.

Obviamente que se tratam apenas de linhas gerais, que devem ser submetidas ao debate, e melhor especificação de suas fases e etapas de implantação.

Agradecendo a oportunidade, envio

Cordiais saudações.

Raul Gualberto F. Kasper de Amorim
Juiz Substituto da 2ª Vara do Trabalho de Brasília/DF

Promover as ações de educação continuada aos servidores e magistrados.

Que os processos eletrônicos sejam distribuídos entre todas as varas de uma mesma regional para evitar sobrecarga de trabalho desigual.

Sugiro a re-análise das metas necessárias para o ano 2020, tendo em vista as óbvias dificuldades para alcançar muitas delas, o que pode ocasionar desestímulo.

Sugiro um aumento de salário para os servidores. A carreira tá "parada". Não há estímulo financeiro. Sem estímulo financeiro a pessoa tende a ficar cada dia mais desanimada. Não se nega que o salário é razoável, mas é necessário que o servidor antigo seja melhor remunerado a cada ano, sob pena de perder a vontade de fazer um serviço a contento. Além disso, é necessário investir no lado social, com eventos que unam as pessoas, que crie identificação com a instituição, a exemplo de seminários e cursos em cidades diversas. Ademais, a Justiça do Trabalho não nomeia ninguém. Há acúmulo de serviço. Não há mais concurso. A justiça do trabalho ficou pra trás em relação à Justiça Federal, a qual é super organizada quanto às nomeações e remoções. Na JT não há a mínima organização quanto a remoções. O critério político (entenda-se política interna corporis) prevalece, sendo que o magistrado é quem diz quem pode ser removido, ao invés de uma política objetiva de remoção. Tudo isso dito reflete numa melhor prestação jurisdicional, a qual é o escopo da justiça. Pra finalizar, registro gratidão em ser ouvido e manifesto os mais sinceros votos de que essa pesquisa ajude a melhorar nosso Judiciário.